

PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 1996

Cheguei em Berkeley pela primeira vez em agosto de 1968, com 24 anos, como um estudante de pós-graduação, convidado por Leo Löwenthal para examinar seu vasto arquivo de material do Instituto de Pesquisas Sociais. Enquanto eu passava longas horas consultando anos de cartas e manuscritos inéditos, reunindo perguntas sobre números, acontecimentos e idéias, às quais Löwenthal respondia pacientemente, o mundo lá fora era convulsionado por uma sucessão de eventos cataclísmicos. No dia 21 de agosto, tanques da União Soviética e de seus aliados entraram tropeçando em Praga e, de forma violenta, puseram fim à experiência do “marxismo com face humana” que havia cativado a imaginação dos esquerdistas não doutrinários no começo do ano. Poucos dias depois, enquanto “o mundo inteiro observava”, a convenção do Partido Democrata, em Chicago, foi perturbada por manifestantes enfurecidos com a política do presidente Johnson no Vietnã e com a possibilidade de que o candidato indicado pelo partido, Hubert Humphrey, desse continuidade ao lamentável rumo seguido por seu predecessor.

Na caminhada diária de meu apartamento até o escritório de Löwenthal, eu passava pela sede em Berkeley, já então abandonada e deserta, da campanha de Robert Kennedy. Seu assassinato, dois meses antes, acabara com muitas esperanças de que mudanças fundamentais fossem possíveis, segundo o bordão da época, “trabalhando dentro do sistema”. O próprio *campus* de Berkeley era foco de uma escalada de confrontos entre estudantes e autoridades, provocados por um governo estadual chefiado pelo então governador Ronald Reagan. Na comunidade em torno, o Partido dos Panteras Negras era uma presença insistente, testemunhando as tensões raciais que tinham explodido em tumultos no gueto após o assassinato de Martin Luther King Jr. na primavera.

Enquanto eu examinava o manancial de documentos generosamente colocados à minha disposição por Löwenthal, era impossível ignorar a pressão das circunstâncias. A Escola de Frankfurt mal começara a despon-

tar na consciência das pessoas como uma inspiração teórica — ainda vagamente compreendida, é claro — da Nova Esquerda, nos Estados Unidos e no exterior. Com efeito, seu impacto começava a se espalhar muito além dos confins do mundo acadêmico.¹ Quando cheguei a Berkeley, um dos principais protagonistas da história que eu esperava contar, Herbert Marcuse, estava ameaçado de morte e escondido na casa de campo de Löwenthal, no Vale de Carmel. Poucos meses antes, durante os eventos de maio em Paris, estudantes *enragés* [enfurecidos] haviam exibido cartazes com os nomes “Marx-Mao-Marcuse”. Ridicularizado pela direita anticomunista californiana, que exigia o fim de seu contrato de trabalho no *campus* de San Diego da Universidade da Califórnia, Marcuse também era alvo de ataques cada vez mais virulentos por parte da esquerda ortodoxa. Apesar do apoio, por princípio, que dera a Angela Davis, sua controvérsida ex-aluna e líder do Partido Comunista, ele era acusado de ter abandonado o proletariado como agente da revolução. Marcuse, como logo percebi, era também uma fonte de inquietação para a maioria de seus antigos colegas do Institut, que ficavam alarmados com sua militância política sem papas na língua.

Passados alguns meses, depois de um semestre em que retornei a Harvard, eu me preparava para viajar à Europa e dar continuidade às pesquisas em Frankfurt e em Montagnola, na Suíça. Pouco antes da partida, em janeiro de 1969, estive em uma festa em Nova York na qual fui apresentado a Mark Rudd, o inflamado líder do levante estudantil de Colúmbia que logo viria a embarcar na aventura desesperada e autodestrutiva que recebeu o nome de Weather Underground.* Quando lhe contei sobre meu projeto de dissertação, ele reagiu com desdém, dizendo que Adorno e Horkheimer eram dois vendidos covardes que tinham traído a causa revolucionária; a própria mudança de sobrenome de Adorno, que abandonara o Wiesengrund, de som judaico, disse Rudd com rispidez, era um símbolo de covardia.

* A Weather Underground Organization (WUO), antes conhecida como Weathermen, foi um grupo radical de esquerda nos Estados Unidos, composto por integrantes e líderes saídos do Students for a Democratic Society [Estudantes por uma Sociedade Democrática], ou SDS, que se havia formado no *campus* da Universidade de Michigan na década de 1960. Em 6 de março de 1970, houve uma explosão num esconderijo da WUO em Greenwich Village, na qual morreram três de seus integrantes. Depois disso, já na clandestinidade, o grupo realizou seqüestros, explodiu bombas (inclusive no Pentágono) e redigiu e distribuiu milhares de cópias de um manifesto contra o imperialismo. [N.T.]

Esses sentimentos se repetiam na Frankfurt em que me instalei no começo de fevereiro. Vários prédios da universidade estavam ocupados por uma “greve ativa” permanente, com aulas improvisadas de teoria e prática marxistas. O Departamento de Sociologia fora rebatizado de “Departamento Espártaco”, em homenagem aos militantes espartaquistas dos primeiros anos da República de Weimar.* No dia 31 de janeiro, o próprio Institut für Sozialforschung parecia ter sido tomado por estudantes radicais — ou assim supuseram seus tensos diretores, Adorno e Ludwig von Friedeburg, que haviam chamado a polícia para esvaziar o prédio. Embora depois se constatasse que isso fora apenas um mal-entendido constrangedor (os estudantes só estavam procurando um lugar para realizar um debate), aprofundou-se o abismo entre a liderança da Escola de Frankfurt e sua prole indesejada. Os efeitos ficaram óbvios quando Jürgen Habermas, ainda sob fogo cerrado pela imprudente condenação que impôs ao “fascismo de esquerda”, mostrou-me o cadeado no telefone de seu escritório, para impedir que alunos invasores fizessem ligações interurbanas ou internacionais. Nervoso, Adorno também se recusou a me permitir gravar nossas conversas, com medo de deixar “impressões digitais verbais”.

Parti de Frankfurt para a Suíça poucas semanas antes do infausto incidente, em abril, no qual mulheres integrantes da organização Estudantes por uma Sociedade Democrática interromperam uma palestra de Adorno, correndo para o tablado e exibindo os seios, num ato simbólico de patricídio que pode ser considerado uma prefiguração da morte do filósofo e sociólogo, em agosto de 1969, em decorrência de um infarto. A bela cidade de Montagnola, no cantão de Ticino, perto de Lugano, onde Horkheimer e Pollock viviam uma aposentadoria confortável, pareceu-me muito distante dos tumultos de Berkeley ou Frankfurt. Pude entrevistá-los longamente e trabalhar com o material deles em um clima muito menos carregado do que aquele em que estivera antes. Entretanto, mesmo nesse relativo isolamento, a situação global parecia repleta de uma curiosa mistura de promessas radicais e ameaças reacionárias. Um ano depois, quan-

* A Liga Espartaquista (*Spartakusbund*, em alemão) foi um movimento revolucionário de esquerda organizado na Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial. O nome faz alusão a Espártaco, líder da maior rebelião de escravos na Roma imperial. Os espartaquistas, cujos principais líderes foram Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Clara Zetkin, tentaram realizar uma insurreição em janeiro de 1919, mas foram derrotados. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram presos e, em seguida, assassinados. [N.T.]

do eu já estava de volta aos Estados Unidos para concluir minha dissertação, Pollock me escreveu:

Dessa distância, o que vem acontecendo nos Estados Unidos parece realmente patético. Todos esses sintomas de desintegração de uma “grande sociedade” (digo isso com seriedade, considerando os componentes positivos da vida norte-americana, avaliados em comparação com outros países) não apontam para outra alternativa senão a perda das liberdades que restam e a dominação de uma classe média tacanhamente materialista, dirigida por um Führer implacável.²

Felizmente, essa visão apocalíptica nunca se materializou, mas recordar o alarme de Pollock, junto com os outros acontecimentos mencionados acima, talvez ajude o leitor desta edição de *A imaginação dialética* a se lembrar do contexto carregado em que o livro foi escrito e acolhido. Embora os tempos talvez não tenham sido tão tempestuosos quanto durante a batalha de Jena de 1806, travada em torno de Hegel quando ele concluía a *Fenomenologia do espírito*, decerto não me vi em um ambiente acadêmico contemplativo, afastado das pressões da época.

Quando a dissertação foi publicada, em 1973, as esperanças e os temores do fim da década de 1960 ainda eram potentes. A Guerra do Vietnã teria mais dois anos pela frente e a Nova Esquerda ainda não era uma força desgastada. A tradição intelectual que ficou conhecida como marxismo ocidental ainda era descrita, numa antologia norte-americana de 1972, como uma “dimensão desconhecida”³ capaz de fornecer idéias úteis para as lutas do presente e do futuro. As traduções de seus textos clássicos mal começavam a se tornar disponíveis na época (por exemplo, *História e consciência de classe*, de György Lukács, em 1971, e *Dialética do esclarecimento*, de Horkheimer e Adorno, no ano seguinte), e era nítida a sensação de que havia um tesouro intelectual por ser escavado. Publicações como *New Left Review*, *Telos* e *New German Critique* atropelavam-se na ânsia de apresentar, explicar e aplicar idéias que prometiam ajudar a subverter o *status quo*.

Não deve ser surpresa, portanto, que alguns críticos de *A imaginação dialética*, envolvidos na política, tenham-se impacientado com o que viram como um tom “lamentoso”, destacado pela afirmação, na introdução, de que o momento histórico da Escola estava “irrevogavelmente no passado”. À parte o exemplo de extremistas ocasionais como Mark Rudd, eles estavam convencidos de que a teoria crítica continha recursos para as lutas práticas do presente e do futuro. Na verdade, eu nunca havia simpatizado inteiramente com os argumentos mais questionáveis de alguns se-

guidores dessa teoria.⁴ Inadequado por temperamento para o ativismo militante, sempre manteve certo distanciamento cético em relação às tendências maximalistas da Nova Esquerda e havia resistido a me filiar a qualquer facção específica do “movimento”.

Mas *A imaginação dialética* foi escrito com a esperança de transmitir a sensação palpável de empolgação e promessa que experimentei ao desenterrar e tentar fazer a triagem de um *corpus* de trabalho tão radicalmente desconhecido e desafiador. Embora o momento histórico preciso das figuras centrais da Escola realmente estivesse no passado (pois elas, claramente, já haviam produzido sua obra principal, e muitas não estavam vivas), pareceu-me que o acolhimento e a compreensão de seu trabalho ainda estavam no futuro. O livro foi escrito, pelo menos em parte, na esperança de facilitar esse processo, mas sem convidar ao dogmatismo acríptico que caracterizou tantas outras aproximações à teoria marxista.

Essa expectativa realizou-se muito além de minhas fantasias mais grandiosas, pois a Escola de Frankfurt logo despontou como o foco de um intenso interesse contemporâneo e histórico. Acabando por ser traduzido em oito línguas, com uma nona tradução — para o chinês — agora iminente, *A imaginação dialética* pôde desempenhar o modesto papel de apresentar a Escola a um público internacional. Em particular, a tradução alemã de 1976 ajudou a estimular um sério interesse histórico, ali onde as controvérsias vigentes tinham sido acaloradas demais para permitir uma exposição desapassionada ou erudita (aliás, naquele momento, a Escola servia de saco de pancada dos conservadores, que imputavam o terrorismo da esquerda aos seus ensinamentos). Escrito por uma pessoa de fora, sem nenhuma participação anterior em suas idéias nem dívidas pessoais para com seus membros,⁵ o livro parece ter tido a virtude de uma certa inocência. Amigos e inimigos da Escola extraíram dele lições diferentes. Ao contrário de certas abordagens posteriores, que refletiram um clima mais desiludido e desmascarador, ele teve a sorte de evitar o que os alemães chamam de *Kammerdienerperspektive*: a visão de baixo para cima do empregado que lava a roupa suja.

Em termos significativos para o destino posterior de *A imaginação dialética*, a acolhida dada à teoria crítica estendeu-se além do momento de recuperação e absorção do marxismo ocidental na década de 1970. O término desse momento pressagiou uma queda vertiginosa do interesse por outras figuras de sua história, como Karl Korsch, Louis Althusser ou

Lucien Goldmann. Porém, a Escola de Frankfurt conseguiu tornar-se um marco duradouro no panorama teórico do fim do século XX. Embora sua coerência como escola monolítica possa hoje parecer menos evidente do que quando procurei escrever esta história, os impulsos gerais da teoria crítica ainda são identificáveis, decorrido 1/4 de século, ao mesmo tempo que seu trabalho tem sido hibridizado e amalgamado com outras tendências teóricas.

Uma das principais razões da relevância da Escola de Frankfurt é a própria riqueza e variedade do trabalho efetuado sob seus auspícios. Se algumas figuras, como Marcuse, Horkheimer e Fromm, parecem hoje presenças menos poderosas do que quando iniciei minha pesquisa,⁶ outras, como Adorno e Benjamin, tornaram-se ainda mais importantes. À medida que surgem novas traduções de suas obras, elas parecem atingir um público mais amplo. Integrantes da Escola antes tidos como de importância marginal, a exemplo de Franz Neumann e Otto Kirchheimer, ganharam uma nova audiência, na esteira da diminuição do interesse pelas questões jurisprudenciais e legais da era da República de Weimar, interesse este que foi instigado, em parte, pela vigorosa recepção — à esquerda e à direita — dada ao controvertido jurista Carl Schmitt.⁷

Outra fonte do poder duradouro da Escola foi a notável qualidade do trabalho feito por seus muitos descendentes, e não apenas na Europa e nos Estados Unidos.⁸ Atualmente, na Alemanha, convencionou-se falar de uma segunda geração da Escola de Frankfurt, cujos membros mais notáveis são Jürgen Habermas, Alfred Schmidt e Albrecht Wellmer, e também de uma terceira geração, que incluiria Axel Honneth, Peter Bürger, Oskar Negt, Helmut Dubiel, Claus Offe, Alfons Söllner, Hauke Brunkhorst, Detlev Claussen, W. Martin Lüdke e Christoph Menke. Embora, em seus últimos anos de vida, Lukács tenha gerado uma “Escola de Budapeste”, e Galvano Della Volpe e Althusser tenham arrebanhado um grande número de seguidores por algum tempo, nenhuma tradição comparável de pensamento conseguiu renovar-se com tanto vigor e tão pouca repetição dogmática quanto essa cuja história inicial este livro procura contar.

Há, porém, mais uma explicação para a obstinada sobrevivência do interesse pela teoria crítica, que lhe permitiu conservar sua força, mesmo depois de o marxismo ocidental ter perdido o impulso: sua inesperada compatibilidade com as apreensões e angústias de uma era cujos primórdios só eram vagamente perceptíveis, se é que o eram, quando *A imagina-*

ção dialética foi originalmente lançada. Ocorre que 1973 foi mais do que o ponto culminante da descoberta da teoria marxista ocidental européia pela Nova Esquerda norte-americana, em seus esforços de questionar a sociedade burguesa; na verdade, pode-se dizer que esse ano teve uma importância muito diferente para o início de uma outra narrativa, cujo fim ainda não é visível.

A recessão global de 1973 foi a primeira desde o término da Segunda Guerra Mundial. Sua imagem mais marcante talvez tenha sido a das longas filas nos postos de gasolina, provocadas pelo súbito aumento dos preços do petróleo por parte da OPEP. O resultado, para simplificar um processo complexo, foi uma reestruturação radical do sistema econômico mundial, que acabou levando à falência — ou, pelo menos, isso foi sinalizado por ela — do “socialismo real” do Leste, bem como ao abandono paulatino das políticas keynesiano-fordistas no Ocidente. O que David Harvey chamou de ascensão de um novo sistema de “acumulação flexível” significou a importância crescente do capital financeiro internacional, em relação a Estados nacionais cada vez mais impotentes; a globalização dos mercados de trabalho, produzindo uma migração acelerada de mão-de-obra estrangeira barata e o enfraquecimento do movimento sindical; a contração do tempo e do espaço, com as inovações tecnológicas; e o enfraquecimento da tendência a uma acumulação excessiva de capital, com o deslocamento temporal e espacial da demanda.⁹ Embora não seja estável nem tenha um funcionamento tranquilo, o sistema que começou a se cristalizar em 1973 parece produzir crises que não são controláveis por um mecanismo consciente (como a política fiscal e monetária do Estado) nem capazes de gerar um ator social coletivo, um herdeiro do proletariado marxista, apto a questioná-lo por dentro.

À primeira vista, esses desdobramentos pareceriam enfraquecer qualquer interesse contínuo pelo legado do Institut für Sozialforschung. Nem a teoria marxista tradicional da crise, defendida por Henryk Grossmann, nem a concepção de Franz Neumann de uma mistura de capitalismo monopolista e economia dirigida, tampouco a idéia de Frederick Pollock sobre um capitalismo de Estado e a “primazia do político” se coadunam com o novo paradigma. Até a tese posterior de Claus Offe sobre o “capitalismo desorganizado” talvez seja deficiente, se é que Harvey tem razão ao afirmar que “o capitalismo vem-se tornando cada vez mais estreitamente organizado, *por causa* da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos do trabalho e nos

mercados de consumo, tudo acompanhado de doses maciças de inovações institucionais, tecnológicas e produtivas”.¹⁰

No trabalho do Institut sobre questões econômicas, há pouca coisa que esclareça a reestruturação do capitalismo posterior a 1973.¹¹ Entretanto, é no nível de seu correlato cultural que a ascensão do sistema pós-fordista de acumulação flexível pode ajudar a explicar a permanência da Escola de Frankfurt. Pois, se Harvey tem razão, o que ficou conhecido como pós-modernismo é uma situação cultural que, de algum modo, expressa e reflete (ao mesmo tempo que às vezes lhes opõe resistência) as mudanças econômicas que podemos datar de, aproximadamente, 1973. Em contraste com muitas outras variações do marxismo ocidental, a teoria crítica achou um novo clima relativamente hospitaleiro, mais nos Estados Unidos do que na Alemanha, onde as linhas de batalha entre os pós-modernistas e os teóricos críticos da segunda geração foram nitidamente traçadas. À medida que as questões de economia política e práxis política foram marginalizadas, e que as de cultura e de estética ocuparam o centro do palco, as explorações variadas e extensas desses campos pela Escola instigaram uma renovação do interesse e das controvérsias.¹²

Seria um equívoco, é claro, reduzir pura e simplesmente o legado da teoria crítica a prolegômenos do pós-modernismo, como quer que definamos esse termo aborrecido. A vigorosa defesa habermasiana do projeto incompleto da modernidade,¹³ as últimas advertências de Löwenthal contra conceitos “irracionalis e neomitológicos” como “pós-história”¹⁴ e a insistência de Adorno na distinção entre arte superior e inferior e na defesa de modernistas como Beckett, Kafka e Schoenberg, em oposição ao impacto nivelador da indústria cultural, tudo isso deixa claro que, em muitos aspectos importantes, a Escola de Frankfurt resiste a ser incluída, indiscriminadamente, entre os precursores do pós-modernismo. De fato, como assinalou Fredric Jameson, é bem possível que se possa dizer que foram os pastiches ecléticos de Stravinsky (que Adorno desprezava), e não as inovações progressistas de Schoenberg (que, em geral, ele admirava), que anteciparam um traço fundamental da cultura pós-modernista.¹⁵ Além disso, o papel central da “crítica da ideologia” na teoria crítica fica relegado a uma posição secundária na maior parte da teoria pós-modernista, a qual — exatamente porque não se interessa em realizá-la — não oferece qualquer ponto de apoio para essa crítica. Em vez dela, prefere uma razão cética, se é que se trata mesmo de uma razão; ataca todas as

posturas transcendentais como um principismo desacreditado e zomba do utopismo como intrinsecamente falacioso.¹⁶

No entanto, em certos aspectos, pode-se dizer que a trajetória teórica geral de pelo menos vários membros da primeira geração da Escola preparou o terreno para a guinada pós-moderna e, desse modo, encontrou um novo público. Em termos mais óbvios, o descarte relutante de uma idéia triunfalista da emancipação humana iminente, baseada numa história singular de progresso produzido pela luta de classes, tem ressonância no típico abandono pós-modernista de qualquer metanarrativa, especialmente de alguma que culmine na redenção. De fato, as temporalidades da Escola de Frankfurt, as narrativas complexas de ascensão, queda e recorrência que seus membros moldaram, muitas vezes foram tão confusas e contraditórias quanto as adotadas por muitos pensadores pós-modernistas. Do mesmo modo, a crítica radical à tradição ocidental da racionalidade instrumental e tecnológica, elaborada de maneira muito extensa na *Dialética do esclarecimento*, com suas rumações sombrias sobre o entrelaçamento do mito com a razão, pode ser vista como potencialmente compatível com a desconfiança pós-moderna em todas as versões da razão.¹⁷ Aliás, em algumas ocasiões, ela foi tomada exatamente como tal por membros da segunda geração da Escola, como Habermas, que resistem precisamente a essa conclusão.¹⁸

A “dialética negativa” de Adorno e a desconstrução de Jacques Derrida também despertaram comparações freqüentes, por sua rejeição comum das filosofias totalizantes da identidade, sua desconfiança dos princípios e origens primordiais, sua suspeita das teorias idealistas da negação e sua valorização dos modos de representação alegóricos, em vez dos simbólicos. Embora Adorno, resolutamente utopista, tenha resistido a aceitar a repetição sem resolução, tão bem aceita pelo temperamento desconstrutivo,¹⁹ sua “ciência da melancolia” pareceu, aos olhos de alguns, estar a apenas um pequeno passo da recusa do luto, por princípio, em Derrida. A defesa multifacetada de uma certa idéia de mimese benigna, tanto na teoria crítica quanto na obra de Philippe Lacoue-Labarthe, também despertou atenção, assim como certas afinidades com a crítica de Lacan à psicologia do ego.²⁰

Do mesmo modo, em Michel Foucault, a história genealógica do corpo, a hostilidade à normalização e à disciplina, a atenção micrológica aos detalhes e o fascínio pelas relações entre o saber e o poder foram vistos

como próximos das preocupações da teoria crítica. Embora seja famosa a crítica de Foucault, na *História da sexualidade*, ao marxismo freudiano de Marcuse, por este haver presumido uma norma trans-histórica da realização libidinal, há paralelos significativos no questionamento que ambos fizeram das idéias dominantes de sexualidade normativa e na crítica à des-sублиmação repressora.²¹ Aliás, o próprio Foucault admitiu: “Se eu tivesse deparado com a Escola de Frankfurt quando era jovem, teria ficado seduzido a ponto de não fazer mais nada na vida senão comentar seus trabalhos. Em vez disso, sua influência sobre mim é retrospectiva — uma contribuição que recebi quando já não estava na idade das ‘descobertas’ intelectuais.”²²

Travou-se também uma animada batalha em torno do contestado legado de Walter Benjamin. Desconstrucionistas como Paul de Man, Samuel Weber, Rainer Nägele e Werner Hamacher procuraram interpretá-lo em seus próprios termos.²³ O próprio Derrida intrigou-se com os primeiros escritos de Benjamin, sobretudo com a *Crítica da violência*, com a evocação ainda mística de uma idéia de justiça divina e o fascínio pela violência primordial como antídoto contra o igualitarismo nivelador.²⁴ As complicadas dívidas de Benjamin para com o surrealismo francês foram lembradas numa época em que a importância de surrealistas como Georges Bataille para o pós-estruturalismo tinha sido largamente reconhecida.²⁵ Embora o momento obstinadamente redentor do pensamento de Benjamin, assim como sua crença numa *Ursprache* [língua original] adâmica, na qual o nome e a coisa seriam um só, sejam difíceis de conciliar com a suspeita desconstrucionista em relação às origens plenas e aos pontos finais, há justificativas suficientes, no emaranhado de textos que ele deixou, para pelo menos situá-lo numa constelação tensa com esses pensadores mais recentes.

Este não é o lugar para apresentar uma análise séria dos paralelos e contrastes entre a teoria crítica e o pós-modernismo, em suas diversas formas. Basta dizer que o contexto de recepção tem sido acolhedor, de modo geral, com a apropriação contínua de pelo menos alguns legados da Escola de Frankfurt, que se tornaram “astros” luminosos no que Richard Bernstein chamou de “nova constelação” do pensamento contemporâneo.²⁶ Como reconheceu o próprio Jean-François Lyotard, “quando se lê Adorno hoje — sobretudo textos como *Teoria estética*, *Dialética negativa* e *Minima moralia* —, tendo em mente esses nomes [Derrida, Serres, Foucault, Levinas e Deleuze], percebe-se o componente de uma antecipa-

ção do pós-moderno em seu pensamento, embora esse componente ainda seja basicamente reticente ou rejeitado”.²⁷

Também se deve reconhecer que, para alguns, nesse novo contexto, a teoria crítica serviu como um baluarte contra o que pareciam ser as implicações mais niilistas, relativistas e contra-iluministas de certas teorias pós-modernas. A recusa antecipatória de Adorno ao pós-modernismo (à qual Lyotard alude nos comentários citados) decorreu de sua obstinada relutância em abrir mão das questões da justiça social e da verdade (entendidas, em última instância, como “a verdadeira sociedade”), ou em abandonar qualquer esperança de encontrar um meio político de realizá-las. Muitos expoentes atuais da teoria crítica, como os editores da nova revista *Constellations*, Seyla Benhabib e Andrew Arato, seguem Habermas, sustentando persistentemente a viabilidade do projeto da modernidade — despojado, é claro, de suas implicações redentoras ou utópicas — como modo de atingir essas metas.

Contudo, se aceitarmos a distinção entre um pós-modernismo de resistência e um de afirmação, é possível que o primeiro possa ser legitimamente visto como um dos subprodutos plausíveis, se bem que inesperados, da Escola de Frankfurt, desde que se jogue fora pelo menos sua bagagem marxista mais ortodoxa. Até os pós-modernistas que se recusam a ir além do horizonte do marxismo, como Jameson, julgaram pelo menos Adorno — antes um “aliado indubitável, quando ainda existiam correntes poderosas e opostas” — como sendo agora “um modelo dialético para a década de 1990. Sua dialética introspectiva ou reflexiva harmoniza-se com uma situação em que, por causa das dimensões e da desigualdade da nova ordem mundial, a relação entre o indivíduo e o sistema parece mal definida, se não instável ou até dissolvida”.²⁸ Hoje, o que Habermas chamou de “estratégia de hibernação” de Adorno parece menos uma covardia, como a que os Mark Rudds de uma geração atrás descartavam com tanto desdém, do que um modelo de sobrevivência intelectual radical em um interminável inverno político.

Ruminações como essas se tornaram familiares, agora que o mundo acadêmico passou a ser praticamente o último refúgio do pensamento crítico do tipo representado pela Escola de Frankfurt e que as oportunidades de sua realização prática, para todos os efeitos, desapareceram. O que foi esperançosamente proclamado como “a longa marcha pelas instituições”, na década de 1960, estagnou nas décadas seguintes, transformando-se numa temporada interminável, sem grande perspectiva —

e, muitas vezes, parece, já sem grande interesse — de encontrar uma saída. Talvez só a direita alarmista tenha levado a sério o “sucesso” paradoxal do projeto da “longa marcha”, que ajudou a alimentar sua campanha, amiúde histórica, contra o suposto fantasma da “correção política”. No outro extremo do espectro, a academização da Nova Esquerda tem igual probabilidade de ser deplorada como um emblema do esgotamento político. Seja qual for a verdade dessas interpretações,²⁹ não se pode duvidar de que a teoria crítica atingiu um *status* inesperadamente seguro — talvez, ironicamente, até um *status* canônico — como um impulso teórico central na vida acadêmica contemporânea.

Quando fui solicitado por colegas de Osaka, recentemente, a organizar uma coleção em dois volumes com ensaios de seguidores norte-americanos da Escola de Frankfurt, destinada ao público japonês, logo percebi até que ponto ela realmente se tornara central. Em meio ao amplo leque de possíveis colaboradores havia professores titulares dos departamentos de filosofia, ciência política, história, literatura alemã e sociologia das universidades Harvard, Cornell, Stanford, Colúmbia, Rice, Northwestern, Texas, Chicago, da New School e de outras instituições de ponta. Apenas uma ou outra exceção ocasional, como Russell Jacoby, um independente crítico da cultura e instigador do mundo acadêmico, confirmou a regra. O isolamento da Escola de Frankfurt em seu período inicial nos Estados Unidos, documentado neste livro, obviamente era coisa do passado. Essa alienação peculiarmente fecunda, ainda que amiúde dolorosa, dos contextos institucionais tradicionais, cuja importância para o desenvolvimento da teoria crítica tentei destacar em um ensaio escrito depois do lançamento de *A imaginação dialética*,³⁰ já não prevalecia; a *Flaschenpost* de Adorno, sua mensagem numa garrafa, lançada na “inundação de barbarismo que explode na Europa”, chegou a muitas praias de nossos tempos, felizmente menos bárbaros. Agora, a herança da Escola de Frankfurt — e a exploração contínua de suas possibilidades no presente — pode ser avaliada sob a luz dessa esfera pública, de cuja existência vital, se bem que muitas vezes precária, Habermas nos tornou conscientes, ou, pelo menos, da significativa subesfera do que chamamos de comunidade acadêmica. Não se pode negar que esse “sucesso” possa ter que pagar um tributo ao poder domesticador do aparato cultural do capitalismo. Porém, só os que presumem que a marginalidade é, por si só e em todas as situações, uma virtude evidente poderiam deixar de reconhecer um certo benefício.

O mesmo se poderia dizer da história da própria Escola, que continuou a ser pesquisada e reescrita por estudiosos de muitos países. À medida que novos materiais de arquivo foram vindo à luz e que os últimos membros sobreviventes saíram de cena, a história que procurei narrar neste livro ganhou complexidade e nuances. As pesquisas comparativas de outras dimensões da migração intelectual proveniente da Alemanha nazista, as correntes rivais do marxismo ocidental e as tradições teóricas alternativas do século XX puseram-na num relevo cada vez mais nítido. Estudiosos como Susan Buck-Morss, Gillian Rose, David Held, Helmut Dubiel, Ulrike Migdal, Alfons Söllner, Barry Katz, Russell Berman, Wolfgang Bonß, Douglas Kellner, Richard Wolin, Miriam Hansen, Rose Rosengard Subotnik, Willem van Reijen, Gunzelin Schmid Noerr e Stephen Eric Bronner — para mencionar apenas alguns dos mais destacados — expuseram muitos detalhes da história e acrescentaram novas perspectivas. Atualmente, existe até uma caprichada “fotobiografia” da Escola, que fornece imagens de todas as figuras relevantes, junto com suas histórias pessoais.³¹

As linhas gerais da narrativa, entretanto, mantiveram-se basicamente intactas, de modo que resisti à tentação de mexer no texto original deste livro, à parte umas poucas correções factuais, e de integrar todas as novas informações descobertas recentemente, ou entrar em disputa com a torrente de novas interpretações sobre o legado da Escola. Embora uma síntese histórica pormenorizada tenha saído em 1986 — a abordagem da história por Rolf Wiggershaus até a morte de Adorno, por sorte já disponível em inglês³² —, nem mesmo suas quase oitocentas páginas conseguem fazer justiça a todo o trabalho que foi e continua a ser feito sobre as figuras e as idéias de que ela trata. Por ter eu mesmo tentado, em outros textos, abordar algumas lacunas de *A imaginação dialética*,³³ sei quanto essa tarefa é assustadora hoje em dia. Minha esperança é que a reedição do livro possa despertar tanto interesse, nos anos futuros, quanto fez a primeira edição, há quase 1/4 de século. Isso porque, se a Escola de Frankfurt teve tanto sucesso em transcender seu contexto original e encontrar ressonância nas preocupações muito diferentes das décadas de 1960 e 1980, sobrevivendo teimosamente e se tornando um dos esteios principais desse amálgama incerto e atormentado que chamamos de socialismo *fin-de-siècle*, é possível que ela ainda tenha coisas inesperadas a nos ensinar pelo século XXI afora.

Berkeley, julho de 1995